

AUDITORIA: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DE MOGI MIRIM ANALISANDO A PERCEPÇÃO DE DIFERENTES NÍVEIS HIERÁRQUICOS SOBRE ESTA FUNÇÃO*

PINTO, Paulo Henrique Motta Zanella
ph_zanella@hotmail.com

PRADO, Eduardo Vieira do
Faculdade Santa Lúcia
Programa de Pós Graduação em Administração da
Universidade Metodista de Piracicaba-UNIMEP
eduardo.prado.ad@gmail.com

RESUMO

Auditoria propicia maior credibilidade das companhias para com seus investidores, acionistas, entre outros stakeholders, pois é um instrumento para avaliação e melhoria das práticas de governança, gestão de riscos e controles internos. O trabalho busca verificar se há diferenças relevantes nas visões de acordo com os diferentes níveis hierárquicos dos funcionários de uma empresa multinacional de médio porte localizada em Mogi Mirim – SP, bem como se essa possível diferença na percepção e opinião sobre a auditoria pode impactar no sucesso ou não do resultado do processo de auditoria realizado na mesma. A metodologia foi baseada a partir de um estudo de caso que possui como técnica de pesquisa questionário aplicado aos colaboradores, desde alta diretoria, até níveis hierárquicos mais baixos. Os resultados demonstraram que não existem distorções na visão dos respondentes sobre a auditoria dentro

*Este artigo é parte integrante de Trabalho de Conclusão de Curso defendido em dezembro de 2018, pelo discente Paulo Henrique Motta Zanella Pinto, como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade Santa Lúcia, sob orientação de Prof. MSc. Eduardo Vieira do Prado.

da empresa pesquisada, porém, notou-se níveis de conhecimento diferentes a respeito à auditoria, principalmente com relação às diferentes atribuições das auditorias internas e externas. Os respondentes ressaltaram a importância da auditoria e a maioria deles salientou que não teria nenhuma resistência em prover informações para as auditorias.

PALAVRAS-CHAVE: Auditoria; Contabilidade; Riscos; Controles; Governança Corporativa.

INTRODUÇÃO

Auditoria é um instrumento relevante para que as empresas possuam maior credibilidade com seus investidores, acionistas entre outros *stakeholders*, pois esta função é responsável por avaliar processos e controles internos que minimizam riscos de diversas modalidades. Sendo assim, a auditoria pode ser encarada como uma ferramenta para gestão de riscos e controles da empresa, que busca garantir a segurança corporativa da mesma.

Partindo desses pontos, uma empresa auditada periodicamente, passa mais credibilidade aos seus investidores, uma vez que os números contidos em suas demonstrações contábeis podem ser mais confiáveis, diminuindo as preocupações dos investidores com possíveis distorções e até mesmo possíveis fraudes.

Este trabalho busca verificar a percepção dos colaboradores em relação à auditoria, tanto interna quanto externa, e o quanto isso pode impactar no desempenho positivo desse processo.

Sendo assim, a questão problema do trabalho é: de acordo com os diferentes níveis hierárquicos dentro de uma empresa, quais as diferentes percepções sobre a auditoria em geral, e qual o impacto de uma percepção incorreta no sucesso do resultado de uma auditoria?

O objetivo geral deste trabalho é analisar se o nível hierárquico de um colaborador impacta ou não sobre a visão do mesmo com relação à auditoria empresarial, e se essa visão por hora distorcida impacta no resultado final desta auditoria.

Os objetivos específicos são:

- Verificar se há visões diferentes entre colaboradores dentro de uma empresa e se essa visão varia conforme nível hierárquico do colaborador;
- Confrontar as visões pesquisadas, e verificar se colaboradores com visões

negativas da auditoria podem prejudicar o processo de auditoria, consequentemente afetando seu resultado final.

A metodologia foi baseada a partir de um estudo de caso em uma empresa de médio porte de Mogi Mirim-SP, com nome fictício Alfa, o qual foi suportado por uma pesquisa bibliográfica sobre auditoria, riscos e controles internos. Como instrumento de pesquisa, aplicou-se um questionário entregue aos colaboradores, desde alta diretoria até níveis hierárquicos mais baixos.

A justificativa deste trabalho é que a auditoria é uma ferramenta essencial para as empresas, a qual é responsável por avaliar os controles que asseguram a idoneidade das demonstrações contábeis fornecidas pela empresa. Portanto, uma boa execução dos processos de auditoria acarreta em uma credibilidade maior da empresa perante aos seus investidores. A percepção dos colaboradores perante a auditoria pode impactar diretamente no resultado final desta avaliação, visto que a falta de suporte dos colaboradores para com a auditoria pode levar a: omissão de informações que poderiam levar a um resultado mais satisfatório para a organização e menor eficiência nos trabalhos de auditoria.

A hipótese é que quanto mais baixo o nível hierárquico dos colaboradores, mais distorcida é a visão do quão importante é a auditoria, pelo fato de que, muitas vezes passa-se pela cabeça desses funcionários que, ao passar a informação ao auditor, o mesmo estará concorrendo ao seu cargo, ou que a auditoria serve apenas para apontar seus erros e prejudica-los. Já os níveis mais altos, gerências e alta diretoria, tem uma visão mais próxima do ideal, tem consciência da importância da auditoria uma vez que estes gestores utilizam diretamente o resultado do trabalho de auditoria para o aprimoramento contínuo dos processos de governança, gestão de riscos e controles internos.

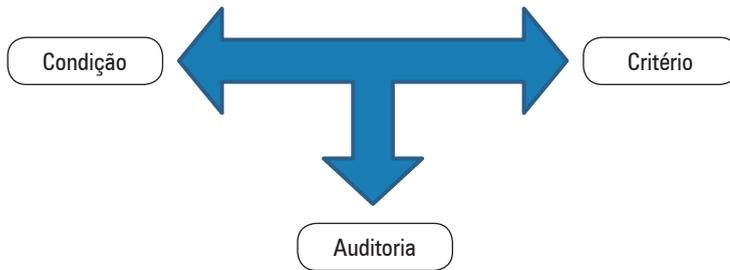
A estrutura deste trabalho é: Primeiramente apresenta-se uma pesquisa bibliográfica sobre conceituação de auditoria, perfil de um profissional auditor, conceitos de governança corporativa, controles internos e riscos. Na sequência, apresenta-se a empresa pesquisada e o questionário. Finalmente, apresenta-se o resultado da pesquisa e conclusões.

2. AUDITORIA: COMO UM ORGANISMO DE GOVERNANÇA DAS EMPRESAS

De acordo com Crepaldi (2012), auditoria é o estudo e avaliação de transações, procedimentos, rotinas e demonstrações financeiras de uma entidade. Araújo e Arruda (2012) dizem também que é a comparação entre o

fato ocorrido e o que de fato deve ocorrer. Resumem dizendo que auditoria é, de maneira geral, o ato de confrontar a condição – situação encontrada – com o critério – situação que deve ser, conforme **Figura 1**:

Figura 1 - Definição prática de auditoria



Fonte: Adaptado de Araújo e Arruda (2012, p. 3).

Uma empresa deve apresentar demonstrações financeiras para seus investidores em geral, e uma demonstração auditada tende a ser uma demonstração com mais credibilidade, uma vez que uma auditoria eficiente inibe possíveis fraudes e distorções significativas, aumentando assim o grau de confiança dos usuários dessas demonstrações perante aos números apresentados (RIBEIRO; RIBEIRO, 2011).

A auditoria pode e deve ser aplicada em diferentes áreas de uma entidade, existindo assim várias modalidades dentro dela, como por exemplo: auditoria das demonstrações financeiras com o propósito de expressar a opinião sobre a veracidade das informações contábeis (RIBEIRO; RIBEIRO, 2011); auditoria operacional: tem como objetivo avaliar se os recursos da entidade estão sendo aplicados de maneira correta, a fim de atingir seus objetivos operacionais (CREPALDI, 2012); auditoria tributária: analisa se a entidade está efetuando controles suficientes para o maior aproveitamento dos impostos possíveis, e se a mesma está de acordo com a legislação em vigor (CREPALDI, 2012; RIBEIRO; RIBEIRO, 2011); auditoria de sistemas de informação: verifica se a estrutura utilizada está suportando de maneira satisfatória as informações e a proteção de ativos (CREPALDI, 2012); auditoria de *compliance*: analisar se a entidade está em conformidade com as leis, regulamentos internos e externos, e de normas e princípios pré estabelecidas pela empresa (CREPALDI, 2012).

2.1 Auditoria Interna versus Auditoria Externa

Auditoria interna é a atividade de avaliação utilizada como serviço para a entidade. Tem como objetivo examinar, avaliar e monitorar os controles efetuados internamente (NBC TA 610). Segundo as normas internacionais de auditoria interna, provenientes o *Institute of Internal Auditors* (IIA), a auditoria interna é uma profissão independente e tem como objetivo melhorar as operações e adicionar valor a uma organização.

O auditor interno é a pessoa de confiança da diretoria da entidade, que por sua vez, auxilia os membros da administração em geral fornecendo análises, recomendações e comentários pertinentes aos processos examinados, a fim de adicionar valor e melhorar operações da entidade (CREPALDI 2012; RIBEIRO; RIBEIRO 2011).

Segundo Ribeiro e Ribeiro (2011), auditoria externa é uma técnica contábil com a finalidade de verificar a exatidão e veracidade das informações contidas nas demonstrações contábeis, executando análises minuciosas de documentos e registros que foram utilizados para elaborações das mesmas, divulgadas pela entidade aos seus interessados, sendo eles desde investidores até seus próprios clientes.

Os auditores independentes podem ser pessoas jurídicas ou físicas devidamente qualificados para exercerem essa função e sem ligações com o quadro de funcionários da entidade a qual será auditada, afirma Crepaldi (2012).

As companhias de capital aberto, também conhecidas como S/A, contratam auditores independentes para examinarem suas demonstrações contábeis por força de determinações legais conforme parágrafo 3º, do artigo 177, da lei n. 6.404/1976 (BRASIL, 1976):

[...] As demonstrações financeiras das companhias abertas observarão, ainda, as normas expedidas pela Comissão de Valores Imobiliários e serão obrigatoriamente submetidas à auditoria por auditores independentes nela registrados. [...]

A auditoria interna quanto auditoria externa são relevantes, porém apresentam diferenças entre si, tendo como uma de suas principais o fato de que, apesar de ambas serem independentes, o auditor externo não possui vínculo empregatício com a empresa auditada, diferentemente do auditor interno, que por sua vez tende a ser um funcionário da própria empresa auditada. Também vale destacar que o enfoque principal da auditoria externa é a análise das informações contidas nas demonstrações contábeis, já o enfoque

da auditoria interna são os processos internos realizados pela entidade e controles internos realizados (ARAÚJO; ARRUDA, 2012).

De acordo com Crepaldi (2013), não existem divulgações de pesquisas sobre divulgação da auditoria no Brasil, já Melo e Santos (2017) dizem que as histórias mais antigas de auditoria no Brasil, vem da colonização dos portugueses, que para concluir seus objetivos de explorar e conseqüentemente gerar riquezas deveria ter uma economia organizada, logo a necessidade de um controle rígido nas finanças, papel que foi desempenhado por um profissional com conhecimento técnico.

Arthur Andersen manteve escritório desde 1909 e Price Waterhouse desde 1915 (CREPALDI, 2012).

2.2 O perfil do auditor profissional

A ética profissional deve ser aplicada em todas as profissões, a profissão de auditor não se faz diferente, uma vez que a mesma carrega consigo grande responsabilidade, visto que por meio de seus serviços se faz possível a identificação de irregularidades, erros, falhas de uma entidade, conhecendo o responsável hierárquico e executores das rotinas que geraram essas informações (CREPALDI, 2012).

O autor destaca padrões de conduta imprescindíveis como: bom senso no procedimento de revisão e sugestão: é a manifestação do sentimento em condições especiais, o bom senso tem características que se identificam nos princípios a seguir como tolerância dentro do que é justo, abandono de detalhes que prejudiquem a finalidade, equilíbrio e serenidade; autoconfiança: Um auditor, o qual não está seguro de sua conduta, capacidade mental e intelectual, não tem condições de ser um profissional que se impõe; sigilo profissional: o auditor deve manter sigilo sobre as informações que obteve em função de seu trabalho na companhia auditada; discrição profissional: uma ação discreta é aquela a qual se evita a ostensividade nos exames e planos de trabalho que se executa; capacidade prática: a capacidade de executar o conhecimento, o qual é adquirido pela teoria, que disciplina o cérebro para obter o método; conhecimento teórico: o conhecimento teórico é adquirido por meio de estudos e leituras, as quais fornecem informações e aprendizados; conhecimento prático: sugere-se que um auditor precisa de pelo menos 10 anos de estudos e experiência, uma vez que só a prática fornece certas experiências e vivências dentro da profissão; sentido objetivo: uma das principais condutas é a objetividade, pois a mesma evita que o auditor se perca nos detalhes de seus processos analíticos. Analisar e concluir são fatos que não se deve separar;

liberdade de pensamento e ação: um auditor (principalmente interno, devido ao seu vínculo empregatício com a entidade auditada) não deve se submeter a ordens de dirigentes de outros setores, os quais possam deformar sua norma de conduta; meticulosidade e correção: se a busca por dados e informações para correções não se distanciar de seus objetivos, ela é meticulosa; perspicácia nos exames: um auditor, além de ter preparação técnica e cultura, deve ter o sexto sentido, a grosso modo, deve ver onde os outros não vêem.

O importante é saber reconhecer as verdadeiras situações e posições; pesquisa permanente: o hábito de pesquisar deve ser permanente na auditoria, pois não é possível o auditor conseguir conclusões valiosas sem pesquisas permanentes; finura de trato e humanidade: este tópico se caracteriza pelo respeito ao próximo, onde se evita ser desagradável, é o controle dos impulsos. Um auditor o qual destrata, menospreza ou humilha seu semelhante será sempre mal recebido.

Faz-se de extrema importância que o auditor se enquadre nessas condutas para que o mesmo tenha cada vez mais credibilidade para com a empresa a qual receberá seus serviços, e consiga realizar uma auditoria confiável e transparente.

2.3 Governança Corporativa

Para este tópico, existe uma vasta área para conceituação do que de fato é a governança corporativa. De acordo com Andrade e Rossetti (2012), os que apresentam mais sintonia com os objetivos e processos da alta gestão podem ser reunidos em 4 grupos: Guardiã dos direitos: determinar processos que conciliem os interesses e conflitos entre os acionistas da empresa e sua alta diretoria; sistemas de relações: campo que trata a relação entre a direção da empresa para com seu conselho de administração; estrutura de poder: sistema e a estrutura de poder que determinam como a empresa deve ser dirigida e controlada; e sistema normativo: um campo cujo por meio de mecanismos normativos definidos em estatutos legais, termos contratuais, entre outros, monitora as corporações para um gerenciamento eficaz.

Sintetizando o que foi dito até o momento, para (IBGC) (2017), governança corporativa é:

[...] Governança corporativa é o sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre os sócios, conselho de administração, diretoria e órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas. As boas práticas de governança corporativa,

convertem princípios básicos em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor econômico de longo prazo da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para a qualidade da gestão da organização, sua longevidade e o bem comum (IBGC, 2017, s.p.). [...]

Dentre os órgãos que compõem o sistema de governança corporativa destacam-se: Conselho de Administração: Tem a função de concentrar as principais deliberações em relação à gestão de negócios, de maneira geral pode-se afirmar que sua função básica é manter, na tomada de decisões, o direcionamento estratégico dos negócios de acordo com os interesses da organização, sua atuação jamais deve ser comprometida pelo interesse de um único acionista (ENDEAVOR BRASIL, 2018); Comitê de Auditoria: O IBGC (2018) define o comitê de auditoria como um órgão que assessora o conselho de administração, auxiliando-o no controle e sobre a qualidade de suas demonstrações financeiras e também seus controles internos, visando sempre transparência e confiabilidade, protegendo assim a companhia e seus interessados de maneira geral. Ao comitê de auditoria são atribuídas algumas funções sendo as mais tradicionais: Verificar a integridade e qualidade das práticas contábeis e dos demonstrativos de resultado; Analisar a conformidade dos atos da administração em relação ao ordenamento legal e aos estatutos sociais; Orientar a relação da entidade com seus analistas, mercados e investidores; Verificação e análise de riscos de maior relevância (PORTAL DE AUDITORIA, 2018).

2.4 Gerenciamento de riscos e controles internos

Riscos estão presentes, de maneira geral, em todos os ambientes vivenciados pelas pessoas, fazem parte do dia-a-dia das pessoas. Sendo assim, Cocurullo (2004) citado por Prado (2014), diz que risco é a possibilidade de um imprevisto ocorrer e mudar o rumo de determinado acontecimento, ou a possibilidade de algo planejado ou esperado não acontecer ou ocorrer de forma esperada.

Partindo desse cenário, onde se está sujeito à variados tipos de riscos, o mesmo também é inerente a qualquer atividade empresarial. Cabe às companhias gerenciarem esses riscos de maneira prudente e calculada. A eficácia no seu gerenciamento e controle de riscos pode afetar diretamente os objetivos estratégicos e estatutários estabelecidos pela administração, impactando, consequentemente, a longevidade da organização (IBGC, 2017).

Geralmente, tende-se a associar riscos como algo 100% negativo. Entretanto, COSO (2007) conceitua risco como algo que pode ser positivo, quando o

mesmo traz um efeito adicional ao previsto pela organização. Padoveze (2010) citado por Prado (2014) menciona risco em 3 perspectivas: Risco como oportunidade: gestão de risco significa a utilização de técnicas para maximizar as oportunidades e diminuir os riscos; Risco como perigo ou ameaça: Ocorrência de eventos negativos, como por exemplo: fraude, morte, furto, falhas de sistemas e demandas judiciais. A gestão de risco nesse caso, implica na aplicação de ações administrativas para reduzir a probabilidade desses eventos ocorrerem, sem custos excessivos ou paralisações na organização; Risco como incertezas: Relacionado a todos os resultados possíveis de acontecer. Neste caso a gestão se aplica no objetivo de reduzir essa variação entre resultados planejados *versus* reais.

Independentemente de como os riscos forem encarados, de maneira mais positiva ou mais negativa, é consensual que os riscos devem ser controlados com o maior rigor e disciplina possível, visto que o descontrole pode impactar de maneira negativa e impactar em resultados e planejamentos da entidade. Sendo assim, de acordo com a IBGC (2017) uma alternativa para o controle desses riscos, é a criação de gerenciamento de riscos corporativo, que por sua vez pode ser entendido como sistema intrínseco ao planejamento estratégico do negócio, composto por processos contínuos e estruturados, criado para identificar eventos que possam afetar os objetivos da organização. Por meio desses processos, a organização consegue identificar e mapear oportunidades de ganhos e reduzir a probabilidade e o impacto em perdas. Após o cumprimento dessas etapas, toma-se a decisão: aceitar ou não o risco. Ao aceita-lo, a empresa ganha as alternativas de reter, reduzir, compartilhar ou explorar o risco. Quando decide reter o risco, a mesma assume o nível atual de severidade, caso decida reduzir o nível de severidade, toma-se medida para minimizar a probabilidade de ocorrência e impacto do risco (IBGC, 2017).

Para manter os riscos sobre controle, se mostra fundamental a utilização de controles internos, que de acordo com o Instituto Americano dos Contadores Públicos Certificados (AICPA) citada por Araújo e Arruda (2012), é um plano de organização com métodos e medidas coordenados, utilizados dentro da entidade para salvaguardar seus ativos, verificar confiabilidade de suas informações contábeis, promover eficiência operacional, e controlar a obediência para com as políticas administrativas fixadas pela gestão.

A NBC TA 315, afirma que controle interno é (CFC, 2016, p.2):

[...] O processo planejado, implementado e mantido pelos responsáveis pela governança, administração e outros empregados para fornecer segurança razoável quanto à realização dos objetivos da entidade no que se refere à confiabilidade dos relatórios financeiros, efetividade e eficiência das operações

e conformidade com leis e regulamentos aplicáveis. O termo “controles” refere-se a quaisquer aspectos de um ou mais dos componentes do controle interno. [...]

Araújo e Arruda (2012) enfatizam que se a administração da entidade adotar um sistema adequado de controles internos, a mesma poderá ter uma razoável segurança de que seus ativos estão protegidos contra mau uso ou utilização não autorizada, possibilita saber também se seus registros contábeis são fontes confiáveis para elaboração de demonstrações financeiras confiáveis.

Para o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), controles internos fornecem às empresas uma segurança perante ao cumprimento dos objetivos de suas demonstrações financeiras. Sua eficiência pode ser afetada por limitações inerentes aos próprios controles internos, limitações as quais incluem falhas decorrentes a erros humanos, ou também podem ser burlados pela administração. (ARAÚJO e ARRUDA, 2012).

Sendo assim, Araújo e Arruda (2012) concluem que, por mais confiança que o auditor deposite no sistema de controles internos, deve ser dada uma atenção especial às limitações inerentes ao sistema e às pessoas responsáveis por esses controles.

A **Figura 2** sintetiza de uma maneira visual a relação entre os objetivos de uma organização e os componentes de gerenciamento de riscos corporativos:

Figura 2 - Matriz tridimensional de gerenciamento de riscos.



Fonte: COSO (2007, p.7)

Observa-se na **Figura 2** as quatro categorias de objetivos as quais estão representadas em colunas verticais, os oito componentes nas linhas horizontais e as unidades da organização em terceira dimensão. A imagem sintetiza a capacidade de manter o enfoque total no gerenciamento de riscos (COSO, 2007). Partindo-se da metodologia sintetizada no cubo acima, a boa gestão de riscos é compreendida pelas 8 ferramentas a seguir: Ambiente interno: Compreende o tom de uma organização e fornece a base pela qual os riscos são identificados e abordados; Fixação de objetivos: Os objetivos devem ser estabelecidos antes que a administração possa identificar os acontecimentos que poderão eventualmente afetar a realização dos mesmos; Identificação de eventos: Os eventos em geral, tanto internos quanto externos que influenciam o cumprimento dos objetivos da organização devem ser identificados e classificados entre riscos e oportunidades; Avaliação de riscos: Os riscos são analisados considerando sua probabilidade e impacto para determinar o modo o qual deverão ser administrados; Resposta ao risco: A administração deve escolher as respostas aos riscos apresentados, evitando, aceitando, reduzindo ou compartilhando. Desenvolvendo medidas para alinhar riscos com a tolerância e com o apetite aos riscos; Atividades de controle: Políticas e procedimentos são elaborados e implantados para garantir que as respostas aos riscos sejam bem executadas; Informações e comunicações: As informações relevantes são identificadas, colhidas e comunicadas em tempo hábil para que cumpram suas responsabilidades; Monitoramento: A gestão de riscos é monitorada e modificações necessárias devem ser efetuadas. Monitoramento o qual deve ser efetuado por meio de atividades gerenciais contínuas ou avaliações independentes.

Assim, a metodologia de gestão de riscos proposta por Coso (2007) é de fundamental importância para alinhar o estabelecimento de objetivos, priorização de riscos e medidas de controles a serem implementadas pela organização como parte do processo de gestão.

3. ESTUDO DE CASO: PERCEPÇÃO SOBRE AS PRÁTICAS DE AUDITORIA

Tendo como objetivo a análise das diferentes opiniões sobre a auditoria e o impacto dessas percepções ou opiniões distintas na qualidade e no resultado final da auditoria em uma empresa de médio porte da região da Baixa Mogiana, a metodologia escolhida foi o estudo de caso, elaborado com uma pesquisa bibliográfica e questionário com questões

abertas e fechadas aplicado a profissionais de diferentes níveis hierárquicos e de diferentes setores da empresa localizada em Mogi Mirim – SP, desde profissionais atuantes na área operacional até profissionais da alta diretoria da entidade. O questionário foi disponibilizado nos meses de Outubro e Novembro de 2018 por meio da plataforma Google formulários. Essa pesquisa pode ser classificada como quantitativa, uma vez que busca entender o comportamento e as diferentes percepções dos colaboradores sobre a auditoria, buscando quantificar as opiniões e amostras estudadas.

3.1 Empresa pesquisada

O questionário foi aplicado aos funcionários da empresa Alfa, que é uma multinacional com matriz localizada na França, com duas filiais estabelecidas no Brasil. Estas filiais estão localizadas no estado de São Paulo e a utilizada para aplicação da pesquisa localiza-se em Mogi Mirim – SP. A segunda filial localiza-se em Jarinu – SP.

A empresa “Alfa” está localizada em Mogi Mirim há 19 anos, atua no ramo metalúrgico de autopeças, fornecendo barras estabilizadoras e molas para grandes montadoras localizadas no Brasil e em países estrangeiros. Possui um quadro de funcionários de aproximadamente 200 colaboradores, se enquadra no regime tributário de lucro real, com faturamento médio anual superior a 150 milhões de reais.

A mesma não possui um departamento interno específico de auditoria. Porém periodicamente são realizadas auditorias internas pela gerência e coordenação em seus determinados setores visando verificar a qualidade e conformidade dos processos internos da entidade. A empresa também contrata trabalhos de auditoria externa de uma das consideradas *big four* (quatro maiores empresas) do ramo de auditoria, apesar de não ser uma empresa de capital aberto, a mesma é auditada periodicamente, visando sempre manter a maior transparência possível perante aos seus clientes e interessados em geral.

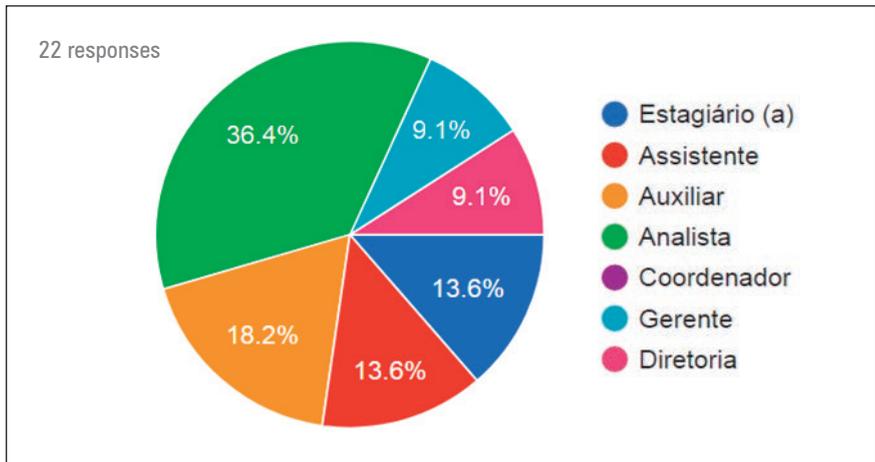
3.2 Apresentação do questionário

O questionário aplicado foi elaborado com base no referencial bibliográfico apresentado inicialmente nesse trabalho, com a finalidade de analisar o conhecimento e percepções dos entrevistados quanto a auditoria e sua importância dentro da entidade.

Foram aplicados 22 questionários, um para cada colaborador, de diferentes setores da empresa Alfa, contendo um total de 10 questões, 8 fechadas e 2 abertas (3ª e 10ª).

A questão 1 teve como objetivo identificar o nível hierárquico do voluntário dentro da empresa. A pesquisa conseguiu abranger 6 níveis hierárquicos, entre eles 2 diretores, 2 gerentes, 8 analistas, 4 auxiliares, 3 assistentes e 3 estagiários conforme demonstra a **Figura 3**:

Figura 3 – Gráfico sobre nível hierárquico dos voluntários.



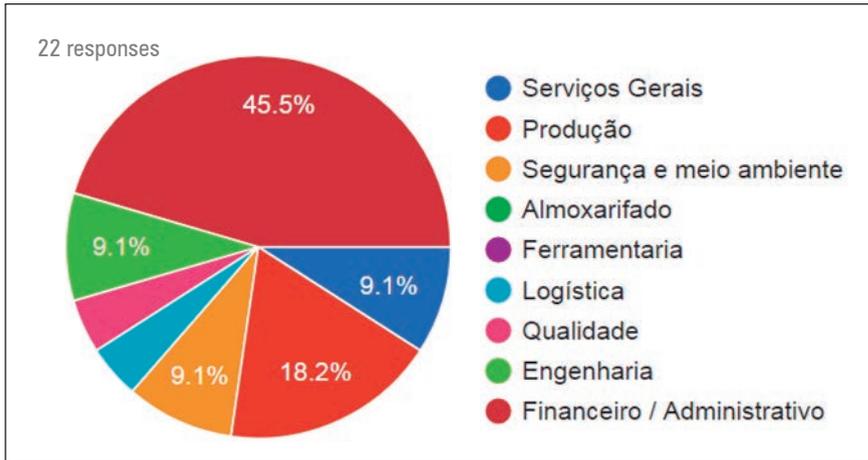
A questão 2 buscou detalhar a população utilizada na pesquisa, identificando assim quais setores foram abrangidos pela pesquisa e a variedade obtida dentro da população.

Dentre os 22 respondentes, 10 pertenciam ao setor financeiro/ administrativo, o qual abrangia funcionários das áreas de contabilidade, comercial e tecnologia da informação; 4 trabalhavam no setor produtivo; 2 no setor de serviços gerais, os quais abrangiam setores de limpeza, jardinagem e portaria; 2 colaboradores do setor de segurança e meio ambiente; 2 engenheiros e finalizando os últimos 2 funcionários referentes às áreas de qualidade e logística respectivamente, conforme **Figura 4**.

A questão de número 3 procurou identificar como os respondentes definiam auditoria. Notou-se de funcionários os quais tem contato direto com algum tipo de auditoria, tanto interna ou externa atribuíram respostas mais detalhadas. Um ponto a ressaltar é que mesmo os funcionários que não

tem contato algum com auditoria têm consigo um conceito correto, porém menos detalhado.

Figura 4 - Gráfico sobre departamentos dos respondentes.

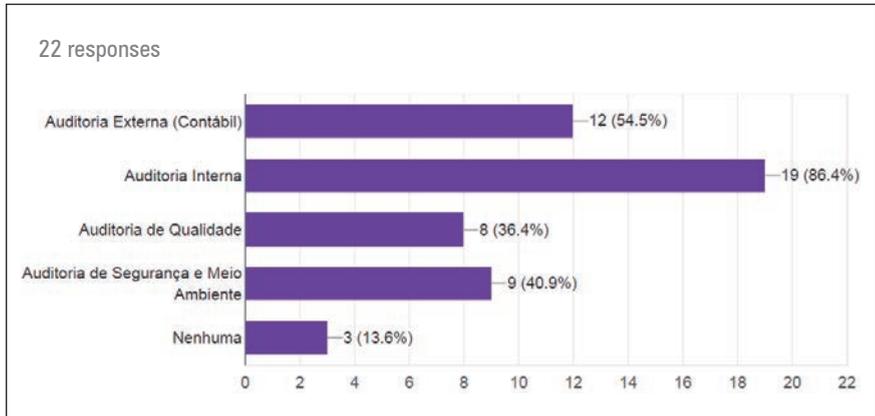


Observando essa cultura apresentada pela empresa Alfa, a quarta questão refere-se justamente à identificação de qual percentual da população utilizada tem contato com algum tipo de auditoria. Dentre os 22 respondentes, apenas 3 não tem contato com nenhum tipo de auditoria, ou seja, cerca de 13,6% não participam ou tem contato com algum tipo de auditoria. Outro ponto o qual chama a atenção é que 19 participam ou tem algum tipo de contato com o processo de auditoria interna da empresa, ou seja, 86,4% tem algum tipo de contato com a auditoria interna conforme **Figura 5**.

As questões 5 e 6 tinham o objetivo de identificar se os colaboradores saberiam diferenciar auditoria interna e auditoria externa, identificando as finalidades de ambas. Sendo assim, ambas as questões tinham as mesmas alternativas, algumas referentes à finalidade da auditoria interna e outras referente à finalidade da auditoria externa. A questão 5 pergunta sobre o papel da auditoria externa e 6 sobre o papel da auditoria interna. As assertivas eram as seguintes para ambas as questões. A seguir detalham-se as assertivas, percentuais e quantidade de respostas obtidos em cada uma das questões: (1) Melhorar a qualidade e confiabilidade das informações contábeis (questão 5 - 52.4% (11) / questão 6 - 23.8% (5)); (2) Aumentar a eficiência e eficácia da organização (questão 5 - 23.8% (5) / questão 6 - 52.4% (11));

(3) Prover recomendações para melhoria do sistema de controle interno e gerenciamento de riscos (questão 5 - 28.6% (6) / questão 6 – 57.1% (12)); (4) Apenas verifica o cumprimento das normas contábeis e legislação fiscal (questão 5 - 19% (4) / questão 6 – nenhuma resposta); (5) Atuar como um consultor da organização (questão 5 – 9.5% (2) / questão 6 – 4.8% (1)); (6) Adicionar valor a organização (questão 5 – 38.1% (8) / questão 6 – 19% (4)); (7) Desconheço (questões 5 e 6 - 4.8% (1)).

Figura 5 – Contato dos colaboradores com algum tipo de auditoria.

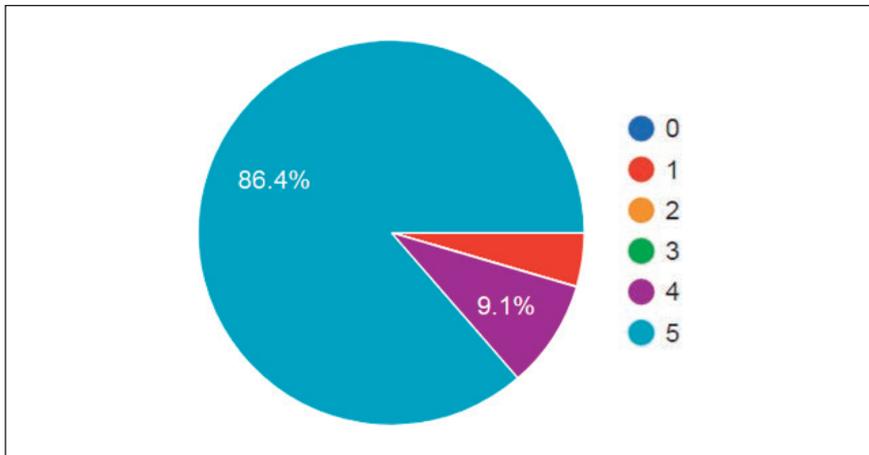


A questão número 7 tinha como objetivo verificar o conhecimento dos colaboradores sobre os benefícios da auditoria tanto interna quanto externa para a entidade. Para mensurar as opiniões foram utilizadas as seguintes afirmações que apresentaram os resultados em parênteses: (1) Nenhum, pois não passa de um tipo de fiscalização para identificar erros que comprometam funcionários (nenhuma resposta); (2) Permite que a empresa tenha todos os seus processos em conformidade e padronizados, sem problemas ou erros que possam causar riscos à empresa (59.1% (13)); (3) Permite encontrar pontos fortes na empresa e potencializá-los (31.8% (7)); (4) Uma empresa auditada frequentemente, tende a ter mais credibilidade perante aos seus investidores e clientes, visto que suas demonstrações financeiras são analisadas, tendo suas informações testadas, verificando a veracidade das mesmas (50% (11)); (5) Com a melhoria dos processos de negócio e controle dos riscos, permite agregar valor para a organização e consequentemente melhores resultados financeiros (27.3% (6)).

Assim, nota-se que a afirmação número 1 não foi escolhida por nenhum dos 22 respondentes, podendo assim observar que independentemente de haver um contato ou não com algum tipo de auditoria, todos os respondentes têm a ciência de que a auditoria traz algum tipo de benefício para a entidade.

A oitava questão, demonstrada na **Figura 6**, diz respeito ao colaborador deveria apenas classificar entre 0 a 5 a importância a qual, segundo ele, a auditoria teria, considerando 0 sem qualquer tipo de importância e 5 muito importante.

Figura 6 – Importância da auditoria perante aos colaboradores



Nota-se que 95,5% dos respondentes consideram a auditoria importante para a entidade, atribuindo notas entre 4 e 5.

A nona e penúltima questão aplicada indaga se o colaborador resistiria a passar qualquer informação solicitada pelo profissional auditor, com o objetivo de identificar o grau de resistência dos colaboradores em passar algum tipo de informação solicitado pelo auditor. 86,4% dos colaboradores afirmaram que passariam qualquer tipo de informação solicitada pelo auditor sem nenhuma resistência, porém 13,6% disseram que talvez não passariam qualquer informação ao auditor.

A última questão, número 10, era uma questão aberta, pois apenas os colaboradores que responderam “não” na questão de número 9 deveriam justificar sua resposta com a finalidade de análise da justificativa, entendendo

que o colaborador poderia resistir e não passar a informação. A justificativa apresentada foi o receio de divulgar uma informação confidencial sem a permissão do seu superior.

3.3 Análise dos resultados

As questões 1 e 2 demonstram que o questionário atingiu cerca de 11% dos funcionários da entidade, abrangendo variados departamentos e vários níveis hierárquicos dentro desses departamentos.

Percebeu-se que funcionários os tem contato ou estão envolvidos no processo de auditoria, seja ela interna ou externa da entidade, tem uma visão mais clara do que é a auditoria, dando respostas mais completas e detalhadas na questão 3. Porém não houve qualquer tipo de resposta desconexa por parte dos colaboradores os quais disseram não ter qualquer tipo de contato com a auditoria com a real definição de auditoria, a qual de acordo com Crepaldi (2012) é o estudo e avaliação de transações, procedimentos, rotinas e demonstrações financeiras de uma entidade. Araújo e Arruda (2012) dizem também que é a comparação entre o fato ocorrido e o que de fato deve ocorrer.

Um ponto que deve ser observado é que, conforme a **Figura 5**, apenas 3 dos 22 colaboradores questionados não tem contato com qualquer tipo de auditoria dentro da empresa Alfa, o que mostra que, de acordo com a população pesquisada, a empresa envolve a maior parte de seus funcionários nas auditorias internas ou externas, fazendo com que seus colaboradores saibam com mais clareza o que é a auditoria e o que a mesma oferece para a empresa.

Entretanto, apesar de envolver a maioria dos colaboradores pesquisados em auditorias realizadas na empresa, as questões 5 e 6 mostram que esses colaboradores em sua maioria não identificam com clareza os papéis da auditoria interna ou externa. Nota-se que alguns colaboradores assinaram os mesmos tópicos tanto na questão 5 quanto na questão 6, dando a entender que crêem que ambas as auditorias tem a mesma finalidade, ou seja, os mesmos objetos de averiguação. 23,8% dos pesquisados afirmaram que o papel, ou um dos papéis, da auditoria interna seria melhorar a qualidade e confiabilidade das demonstrações contábeis, porém auditoria interna, segundo Araújo e Arruda (2012), é focada em verificar os processos e controles internos da entidade, sendo assim, a auditoria externa foca em melhorar a qualidade e confiabilidade das demonstrações financeiras. Do mesmo modo 23,8% dos pesquisados disseram que um dos papéis da

auditoria externa é aumentar a eficiência e eficácia da organização, o que seria papel da auditoria interna uma vez que é responsável por verificar os processos internos da entidade podendo potencializa-los.

Na questão número 7, pode-se constatar algo importante, nenhum colaborador afirmou que a auditoria não traz benefício algum para a entidade, o que demonstra que todos têm, por diferente que seja o entendimento de que a auditoria traz sim benefícios para a empresa. Em um cenário ideal, variações de resposta não deveriam ter sido notadas visto que a auditoria traz todos os benefícios mencionados na questão, porém o fato de todos os colaboradores identificarem pelo menos um benefício trazido pela auditoria pode facilitar um bom processo de auditoria dentro da entidade.

Outro reflexo da ciência dos colaboradores perante aos benefícios da auditoria, identificado na questão 8 demonstrada na **Figura 6**, a qual demonstra que 95,5% dos questionados avaliaram a importância da auditoria entre 4 e 5, sendo 5 o nível máximo de importância. Resultado que reitera a importância de os profissionais terem de forma clara que a auditoria traz sim benefícios para a empresa, sendo assim tem grande importância para a empresa, uma vez que uma auditoria eficiente inibe possíveis fraudes e distorções significativas, aumentando assim o grau de confiança dos usuários dessas demonstrações perante aos números apresentados em suas demonstrações contábeis (RIBEIRO; RIBEIRO, 2011) e permitir que seus processos sejam potencializados.

Por fim a questão 9 demonstra que de maneira geral, 86,4%, não colocariam qualquer tipo de resistência perante a passar informações solicitadas ao auditor, um numero já bem expressivo, principalmente se considerarmos o fato que os outros 13,6% os quais disseram não passar qualquer tipo de informação ao auditor. Na questão 10, estes colaboradores justificaram que não passariam apenas informações as quais consideram confidenciais e que talvez não tivessem a autorização de seus superiores. Em nenhum momento foi justificado como uma insegurança pelo fato de o auditor um eventual medo de desligamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho apresentado contribui para a conscientização sobre a importância da auditoria, tanto interna quanto externa, para uma empresa, e também a conscientização de seus colaboradores sobre o tema, para um bom entendimento e colaboração para a execução do processo de auditoria. O objetivo deste trabalho foi analisar se o nível hierárquico de um

colaborador impacta ou não sobre a visão do mesmo com relação à auditoria empresarial, e se uma eventual posição distorcida impactaria no resultado final desta auditoria.

Analisando os dados dos resultados obtidos, conclui-se que a questão problema do trabalho foi completamente respondida, porém a hipótese não se confirmou. Nota-se que não existem distorções na visão sobre a auditoria dentro da empresa pesquisada de acordo com os níveis hierárquicos dos funcionários da entidade, porém notou-se níveis de conhecimento diferentes a respeito do tema. Percebeu-se que de maneira geral, os colaboradores tem um conceito correto sobre a auditoria, independentemente do nível hierárquico ou do setor o qual estão alocados, percebeu-se que de acordo com o nível de contato que o colaborador tem com a auditoria mais clara é sua visão sobre a mesma. Esta conclusão é embasada pela questão de número 3, pois foram verificadas respostas mais completas sobre o que é auditoria em colaboradores os quais tem um contato maior com algum tipo de auditoria. Portanto a hipótese de que a diferenciação de níveis hierárquicos do colaborador acarretaria em uma visão distorcida sobre a auditoria e acarretaria um impacto no resultado final do processo não se confirmou. Constatação reforçada na questão 8 onde o colaborador deveria classificar a importância da auditoria na entidade entre 0 a 5 na oitava questão, e notou-se a grande maioria classificando entre 4 e 5. Outro fato é que as questões 9 e 10 que questionaram sobre resistências em prover informações para o auditor, apenas 3 disseram que não passariam, mas apenas por questão de confidencialidade, caso autorizado pelo seu superior, passaria a informação imediatamente.

Entretanto, as questões 5 e 6 evidenciaram que alguns colaboradores, independentemente de ter um contato maior com a auditoria, não identificam com clareza a diferença entre auditoria interna e externa. Ou seja, sabem o conceito geral de auditoria, porém em alguns casos notou-se a incapacidade de diferenciação das mesmas, mas isso não impactou na percepção da importância da mesma para a empresa.

A principal limitação deste trabalho foi apenas efetuar a pesquisa em uma única entidade, caso a pesquisa envolvesse outras empresas, de diferentes portes e segmentos, a amostragem seria maior, possibilitando outros achados. O resultado obtido a partir da população da empresa Alfa pode ser influenciado pela cultura da organização, a qual tem como princípio informar seus funcionários sobre todos os processos que ocorrem dentro da empresa e seus benefícios. Talvez uma cultura diferente poderia acarretar um resultado diferente.

Sugerem-se novas pesquisas em empresas de segmentos, portes e culturas

organizacionais para uma avaliação mais detalhada sobre a percepção da auditoria por parte dos seus colaboradores. Um maior estudo deste tema pode demonstrar os benefícios desta função e consequentemente sua melhor aceitação e resultados.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, A.; ROSSETTI, J. P. **Governança Corporativa: Fundamentos, Desenvolvimento e Tendências**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ARAÚJO, I. P. S; ARRUDA, D. G. **Fundamentos da Auditoria: A Auditoria das Demonstrações Financeiras em um Contexto Global**. São Paulo: Saraiva, 2012.

BRASIL. **Lei 6.404/1976**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm Acesso em maio de 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TA-610**. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA610.pdf> Acesso em maio de 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TA-315**. Disponível em: [http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTA315\(R1\)](http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTA315(R1)) Acesso em: maio de 2018.

COSO. **Gerenciamento de Riscos Corporativos – Estrutura Integrada – 2007**. Disponível em: <https://www.coso.org/Documents/COSO-ERM-Executive-Summary-Portuguese.pdf> Acesso em: maio de 2018.

COCURULLO, A. **Gestão de Riscos Corporativos: Riscos Alinhados com algumas ferramentas de gestão – Um estudo de caso**. 3ª ed. São Paulo: Universidade São Francisco (USF), 2004 citado por PRADO, E. V. **Práticas de Gerenciamento de Riscos Corporativos: Um Estudo de Caso em uma Indústria Multinacional de Autopeças**. Piracicaba, 2014. Disponível em: https://www.unimep.br/phpg/bibdig/pdfs/docs/18032016_143249_eduardovieiradoprado_ok.pdf / Acesso em outubro de 2018.

CREPALDI, S. A. **Auditoria Contábil: Teoria e Prática**. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ENDEAVOR BRASIL, **Qual o Papel de um Conselho Administrativo na Minha Empresa?** Disponível em: https://endeavor.org.br/tomada-de-decisao/papel-conselho-administrativo-empresa/?gclid=EAJalQobChMiuL_pweiz3gIVBAyRCh2JeAjPEAAYASAAAEgK7NfD_BwE Acesso em novembro de 2018.

IBGC. **Governança Corporativa**. Disponível em: <http://www.ibgc.org.br/index.php/governanca/governanca-corporativa> Acesso em: Março de 2018.

IBGC. **Estrutura de Governança Corporativa**. Disponível em: <http://www.ibgc.org.br/index.php/ibgc/governanca-do-ibgc> Acesso em maio de 2018.

PADOVEZE, C. L. **Contabilidade Gerencial: Um enfoque em sistema de informação**

contábil. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010 citado por PRADO, E. V. **Práticas de Gerenciamento de Riscos Corporativos: Um Estudo de Caso em uma Indústria Multinacional de Autopeças.** Piracicaba, 2014. Disponível em: https://www.unimep.br/phpg/bibdig/pdfs/docs/18032016_143249_eduardovieiradoprado_ok.pdf / Acesso em outubro de 2018.

PORTAL DE AUDITORIA. **Qual a Importância do Comitê de Auditoria.** Disponível em: <https://portaldeauditoria.com.br/importancia-comite-de-auditoria/> Acesso em novembro de 2018.

PRADO, E. V. **Práticas de Gerenciamento de Riscos Corporativos: Um Estudo de Caso em uma Indústria Multinacional de Autopeças.** Piracicaba, 2014. Disponível em: https://www.unimep.br/phpg/bibdig/pdfs/docs/18032016_143249_eduardovieiradoprado_ok.pdf / Acesso em outubro de 2018.

RIBEIRO, O. M.; RIBEIRO, J. M. **Auditoria Fácil.** São Paulo: Saraiva, 2011, 365p.